

Jurista contesta Governo

“Ninguém pode fazer Justiça pelas próprias mãos, nem o presidente da República”, alertou ontem o advogado Sérgio Bermudes, que considera a decisão do presidente Itamar “incorretíssima”. Para derrubar o ato dos ministros do Supremo, Itamar deveria, de acordo com Bermudes, impetrar mandado de segurança contra a decisão, que foi puramente administrativa, no próprio Supremo — o órgão máximo para dirimir questões judiciais. “Acima disso, só Deus”, comparou. O ato do Supremo foi correto, segundo o advogado, porque parte da interpretação de normas constitucionais e da própria medida que instituiu a URV.

Quem se sentir lesado pela decisão do presidente, tem a seu favor o artigo 5º, inciso 35, da

Constituição Federal, e pode propor uma ação judicial — até mesmo um mandado de segurança. “Pode ser tanto um servidor quanto um ministro do Supremo”. No caso de ser contra o próprio presidente, o mandado deve ser impetrado no próprio Supremo. De acordo com o princípio jurídico do “juiz necessário”, previsto na própria Constituição Federal, não há nenhum problema em o Supremo julgar um mandado contra uma decisão sua. “E o que for decidido deverá ser cumprido, pois numa sociedade democrática quem dá a última palavra em matéria de Direito é a lei, e não as Forças Armadas, que só podem dar a última palavra em matéria de força, que é a negação do Direito”, conclui.

Carlos Goldgrub — 2/6/93



Saulo disse que decisão do Supremo é amparada pela Constituição